

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 28 de março de 2013.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
CIRCULANTE	119.993	80.784	315.272	244.892
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	2.583	1.407	15.591	6.790
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	84.517	58.172	30.260	14.025
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17c)	15.118	9.697	221.614	163.229
Valores a Receber (Nota 6)	17.775	11.508	47.807	60.848
NÃO CIRCULANTE	2.872.226	2.410.140	698.259	486.361
Realizável a Longo Prazo	67.474	66.794	60.165	49.812
Depósitos Judiciais	61.094	50.564	430.628	436.549
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17c)	6.380	16.230	207.466	-
Investimentos em Coligadas e Controladas (Nota 7)	2.795.526	2.334.120		
Intangível (Nota 8)	9.226	9.226		
TOTAL	2.992.219	2.490.924	2.992.219	2.490.924

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011		2012	2011

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	277.274	299.070	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	277.274	299.070
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	348.396	360.390	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	277.274	299.070
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 15)	(58.624)	(53.028)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		
Despesas Tributárias (Nota 13)	(12.251)	(8.028)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(348.396)	(360.390)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(247)	(264)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	62.387	62.614
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	277.274	299.070	Lucro Líquido Ajustado	(8.735)	1.294
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)	(243)	-	Aumento/(Redução) em Ativos	185.244	(21.384)
			Aumento/(Redução) em Obrigações	8.553	(571.097)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	277.031	299.070	Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	185.062	(591.187)
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	0,90	0,98	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 12b)	0,90	0,98	Aquisição de Investimentos	(58.166)	(69.533)
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	58.172	69.553
			Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	6	20
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
			Integralização do Capital Social	-	810.000
			Aquisição/Alienação de Ações em Tesouraria	(169.867)	(210.446)
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(14.025)	(7.278)
			Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(183.892)	592.276
			Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.176	1.109
			Início do Exercício	1.407	298
			Fim do Exercício	2.583	1.407
			Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.176	1.109

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria (699.620)	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	A Realizar				
Saldos em 31.12.2010	735.613	48.461	858.032	7.278	71.800	-	-	1.021.564
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	299.070	299.070	299.070
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2.106	-	-	2.106
Lucro Abrangente	-	-	-	(7.278)	-	-	-	301.176
Destinação de Dividendos com Reservas	-	-	-	-	-	-	-	(7.278)
Aumento de Capital Social (Nota 12a)	810.000	-	-	-	-	-	-	810.000
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(377.391)	-	(377.391)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	-	3.725	-	-	24.377	-	28.100
Destinações: - Reservas	-	14.954	267.616	-	-	-	(282.570)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(16.500)	-
Saldos em 31.12.2011	1.545.613	63.415	1.129.371	-	73.906	(1.052.634)	-	1.759.671
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	277.031	277.031	277.031
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	154.276	-	-	154.276
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	-	-	431.307
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(266.986)	-	(266.986)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	-	4.968	-	-	85.328	-	90.296
Destinações: - Reservas	-	13.852	227.579	-	-	-	(241.431)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(35.600)	-
Saldos em 31.12.2012	1.545.613	77.267	1.361.918	-	228.182	(1.234.292)	-	1.978.688

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro Líquido	277.031	299.070
Ajustes de Avaliação Patrimonial	154.276	2.106
Total do Resultado Abrangente	431.307	301.176

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BBD Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. e/ou de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital social daquela instituição. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimentos, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.
c) Instrumentos financeiros
(i) Classificação dos instrumentos financeiros
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais, que de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda.
(ii) Passivos financeiros
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.
d) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 6.
e) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da empresa, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.
f) Ativo intangível
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.
Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.
Ágio (Goodwill)
O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A Companhia avalia, a cada fim de período se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. No exercício de 2012 e de 2011, não houve perda por *impairment*.

h) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho com probabilidade certa, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível.
- Ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre variação monetária dos depósitos judiciais, é registrada na rubrica "Provisão para Riscos Fiscais".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, quando aplicável, baseados nas expectativas atuais de realização.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A despesa com imposto de renda corrente é calculada com a soma do imposto corrente, resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos na demonstração do resultado.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social estão apresentados na Nota 17.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/ indiretos, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A., os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizados pela Organização Bradesco, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4.1) Valores justos de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão;

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	8
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	4
CONSTRUDÉCOR S.A.	12
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.	2
TITANIUM HOLDINGS S.A.	10

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio; e

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

b) A composição do Investimento está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital Social	Patrimônio Líquido		Resultado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no Capital Social	Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
		Ajustado	Resultado Ajustado				31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Nova Cidade de Deus Participações S.A. (1)	4.450.000	10.723.153	1.336.387		148.132	26,07%	2.795.526	2.334.120	348.396	360.390
Total							2.795.526	2.334.120	348.396	360.390

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31.12.2012; e

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis.

8) INTANGÍVEL

Intangível corresponde ao ágio de R\$ 9.926 (2011 - R\$ 9.926), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, decorrentes de ações da Nova Cidade de Deus Participações S.A., os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recomprou de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 221.614 (2011 - R\$ 163.229) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 430.628 (2011 - R\$ 436.549), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no Passivo Circulante no montante de R\$ 47.807 (2011 - R\$ 60.748), com vencimento em janeiro de 2013 e no Passivo não Circulante no montante de R\$ 207.466, com vencimento em janeiro de 2016.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das Provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
No início do período	49.812	36.995
Atualizações monetárias	4.022	3.991
Constituições líquidas de reversões e baixas	6.331	8.826
No final do período	60.165	49.812

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2012 e 2011, não há processos contingentes avaliados como de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	106.184.983	111.716.864
Preferenciais	114.336.352	115.293.850
Subtotal	220.521.335	227.010.714
Em tesouraria (ordinárias)	70.021.316	64.489.435
Em tesouraria (preferenciais)	18.534.259	17.576.761
Total em circulação	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de janeiro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no montante de R\$ 810.000, elevando-o de R\$ 735.613 para R\$ 1.545.613, mediante a emissão de 61.132.075 novas ações preferenciais, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 13,25 por ação.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 0,90 (2011 - R\$ 0,98), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	277.031	299.070
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	309.077	303.982
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais)	0,90	0,98

c) Reservas de Lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2012 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	277.031	
Reserva legal	(13.852)	
Base de cálculo	263.179	
Juros sobre o capital próprio (Bruto) em 2012 (2)	35.600	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio - 15%	(5.340)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2012	30.260	11,5
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2011	14.025	4,9

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Bancos - conta corrente	5	11
Fundos de Investimentos Financeiros (1)	2.578	1.396
Total	2.583	1.407

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco.

6) VALORES A RECEBER

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, no montante de R\$ 17.772 (2011 - R\$ 11.506), atualizados pela taxa SELIC.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 348.396 (2011 - R\$ 360.390); e

(2) Em reunião extraordinária, do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de dezembro de 2012, deliberou-se aprovar o pagamento aos acionistas da sociedade de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 35.600, com base no resultado do exercício de 2012.

e) Ações em Tesouraria

Até 31 de dezembro de 2012, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 76.313.575 (2011 - 68.046.394) ações ordinárias e 25.635.073 (2011 - 21.336.488) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.234.292 (2011 - R\$ 1.052.634). Em janeiro de 2012, foram alienadas ações em tesouraria, no montante de R\$ 90.296 (2011 - R\$ 28.100), que gerou lucro de R\$ 4.968 (2011 - R\$ 3.723), registrado na rubrica de Reserva de Lucros - Estatutária.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
COFINS	7.557	6.458
IOF	3.053	441
PIS	1.641	1.129
Total	12.251	8.028

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Editais e publicações	116	187
Serviços prestados por terceiros	89	38
Contribuição sindical patronal	42	39
Total	247	264

15) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Juros passivos, líquidos dos Juros ativos	(59.520)	(60.974)
Rendimento de aplicação financeira em fundos de investimentos	896	7.946
Total	(58.624)	(53.028)

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	5	-	11	-
Outras obrigações:				
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	(47.723)	(480)	(50.657)	(3.209)
Titanium Holdings S.A.	(207.466)	(8.975)	(10.091)	(2.824)
Demais Acionistas	(652.242)	(53.455)	(599.778)	(49.913)
Juros sobre o capital próprio a receber(pagar):				
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	84.517	99.432	58.172	68.437
Demais Acionistas	(30.260)	(35.600)	(14.025)	(16.500)

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos Órgãos da Companhia.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	277.274	299.070
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(94.273)	(101.684)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	118.455	122.533
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(33.807)	(23.269)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	12.104	5.610
Efeito do crédito tributário não ativado	(3.006)	(3.530)
Outros	284	340
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(243)	-

b) Créditos Tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 40.907 (2011 - R\$ 37.901).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 15.118 (2011 - R\$ 9.697) e no ativo não circulante, no montante de R\$ 6.380 (2011 - R\$ 16.230), referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 15.591 (2011 - R\$ 6.790), referem-se, basicamente, a imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$ 6.149 (2011 - R\$ 455), PIS no montante de R\$ 1.641 (2011 - R\$ 1.129), COFINS no montante de R\$ 7.557 (2011 - R\$ 5.201), imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social no montante de R\$ 243.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2012 e 2011, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração		Diretoria	
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Mário da Silveira Teixeira Júnior João Aguiar Alvarez Denise Aguiar Alvarez Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Julio de Siqueira Carvalho de Araujo	Domingos Figueiredo de Abreu José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi	Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão Diretor Vice-Presidente Antônio Bornia Diretores Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Trabuco Cappi Marcos Aparecido Galende Contador CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

BBD Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo

a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 10 de abril de 2013



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0



Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora
Oficial do Governo do Estado de São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 67

São Paulo, quinta-feira, 11 de abril de 2013

Página 9



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

